

Congresso retorna e tira o sono do governo

A equipe econômica prepara-se para o reinício dos trabalhos do Congresso em clima de grande expectativa. Afinal de contas, a agenda dos parlamentares para os próximos meses está carregada por dois temas considerados prioritários para o governo, porque terão influência decisiva sobre o futuro do Plano Real: a MP da desindexação, que chegou às mãos dos parlamentares às vésperas do recesso, e a reforma tributária, cujos contornos começam agora vir a público.

Nos dois casos, os integrantes do governo estão convencidos de que terão de suar muito para atingir seus objetivos. Em outras palavras, passar pelo Congresso tanto a MP da desindexação quanto a reforma tributária certamente não será o passeio que foi a votação das emendas constitucionais da ordem econômica. As primeiras reações dão bem a medida do que poderá ocorrer com a negociação no Congresso.

O relator da MP da desindexação, senador Coutinho Jorge (PMDB-PA), declarou-se disposto a introduzir algumas "modificações" no texto enviado pelo Executivo – que simplesmente derrubam o princípio das medidas. A idéia é garantir às faixas de até três salários mínimos uma proteção total, correspondente a 100% da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), e às outras faixas uma proteção parcial, equivalente a 80% do INPC.

Em relação aos salários mais baixos, tudo indica que a equipe econômica já contava com algum tipo de garantia, que seria enxertada na proposta original durante a fase de negociação com o Congresso. Tanto assim que, no final das discussões do texto da MP, chegou a ser cogitada a hipótese de manter a indexação para as faixas de até três mínimos.

Para os salários mais altos, contudo, a alternativa defendida pelo senador Coutinho Jorge seria inaceitável, dentro da lógica do governo. Afinal de contas, a MP da desindexação já é tímida, praticamente restrita aos salários. A abertura de exceções dentro desse universo, portanto, simplesmente desmontaria a medida provisória. Em resposta direta ao relator da MP, o porta-voz da Presidência da República, Sérgio Amaral, reiterou que o governo é contra qualquer medida que leve à correção automática dos salários.

Dentro da lógica do Congresso, no entanto, é exatamente a timidez da MP que justificaria sua rejeição. Ou seja, fica difícil aprovar um programa de desindexação, que concentra baterias nos salários e preserva principalmente as receitas do governo, via manutenção da correção semestral da Unidade Fiscal de Referência (Ufir). Por isso, prevê-se tempo quente no Congresso, quando a MP começar a ser examinada para valer.

Na reforma tributária, as pressões prometem ser até mais fortes. A confusão armada recentemente com os governadores, por conta da guerra fiscal, antes mesmo de o governo detalhar sua proposta, mostra apenas como o tema é explosivo – e, por tabela,

como o governo terá de ser hábil para encaminhá-lo.

A união do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) com o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), base da proposta preparada no Congresso com o aval do Executivo, já começa a sofrer reparos. Nenhum estado quer perder a competência de arrecadar a sua parte. Antes que começasse qualquer tipo de bombardeio, os responsáveis pela proposta já trataram de esclarecer que, embora o imposto seja único, haverá duas alíquotas: uma relativa à parte estadual do imposto e outra referente à parte federal.

A federalização do ICMS – não da arrecadação, mas das normas de cobrança – também já foi alvo de ataques. A alternativa era defendida pelo coordenador da comissão que preparou a reforma, o deputado tucano Antônio Kandir (PSDB-SP), como pré-

requisito para acabar com a guerra fiscal. Mas o próprio governo, por meio do ministro do Planejamento, José Serra, considerou esse ponto dispensável. O argumento é que já existem, na legislação atual, regras gerais para a cobrança do ICMS. Só que não são obedecidas. Trata-se, então, de um problema de fiscalização.

Na avaliação de observadores de dentro e de fora do governo, muita água ainda vai rolar debaixo da ponte até que seja negociada e aprovada a reforma tributária. Por isso mesmo, para acertar as finanças de 1996, o que deve funcionar é o velho e bom pacotinho fiscal de fim de ano. A volta do controvertido Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF), travestido de Contribuição sobre Movimentação Financeira, para cobrir as necessidades da Saúde, estaria exatamente dentro desse embrulho.

por Maria Aparecida Damasco /